

“O BRILHO INCENDIÁRIO”: REPRESENTAÇÕES DA CENSURA À LEITURA DE (NOS) LIVROS LITERÁRIOS

FRANCIELI BORGES¹; ELIANE PERES²

¹Universidade Federal de Pelotas– francelidborges@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas– eteperes@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado objetiva iniciar a discussão acerca das representações da censura à leitura de livros literários tidos como perigosos à ordem social vigente. Este estudo possibilita que sejam pensadas inúmeras questões sobre a problemática do poder do veto frente aos leitores. Discussão que, por sua vez, colabora na feitura de uma dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, que tem como objeto a representação e recepção de leitores e leitoras em uma série literária.

A abordagem teórico-metodológica utilizada é amparada por problematizações oriundas dos campos da História da Literatura, da História da Educação e da Nova História Cultural. Nessa pesquisa, as principais investigações provém do estudo dos textos de teóricos dos campos da História, da História da Leitura e Sociologia da Leitura. Nessa pesquisa, a principal categoria de análise é o conceito de *representação* cunhado pelo pesquisador CHARTIER (2009).

2. METODOLOGIA

Um dos principais procedimentos utilizados é a análise mais acurada tanto da fortuna crítica quanto das obras tais como **Fahrenheit 451**, de Ray Bradbury, do **O nome da rosa**, de Umberto Eco e do conto “A biblioteca de Babel”, de Jorge Luis Borges. Além destes, houve a preocupação em estudar o livro **A voz do veto**: a censura católica à leitura de romances, da pesquisadora Aparecida Paiva, e a obra de Alberto Manguel intitulada **Um história da leitura**, principalmente dos capítulos cujos subtítulos são “Leitura intramuros” (MANGUEL, 1997, p.255) e “Leituras proibidas” (MANGUEL, 1997, p.311). Estudar esses escritos, sobretudo os ficcionais sobreditos, implica ter vistas à produção de sentidos possíveis para os leitores e leitoras em um processo de identificação/estranhamento com as referências, os valores, a reorganização de um universo simbólico e linguístico a partir da observação de como a temática da censura é abordada e representada e o que, a partir disso, é possível inferir. Os textos teóricos, então, facilitam a compreensão e a análise desse processo.

O conceito de *representação*, problematizado pelos estudiosos Marcel Mauss e Émile Durkheim começou a ser utilizado pelos historiadores em meados do século XX. Embora esse conceito não seja posto às claras e às vezes possa parecer ambíguo, ele permite a reflexão acerca dos sentidos conferidos à humanidade ao se manifestar através do discurso, expondo as formas integradoras da sociedade e a forma como ela percebe a si e representou o mundo através dos anos. A pesquisadora PESAVENTO (2005, p.40) observa que a *representação* “não é uma

cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele.”

Dessa maneira, embora o conceito de *representação* tenha sido assumido por vários estudiosos sem uma uniformidade, de maneira geral, eles trabalham com a mesma ideia do resgate de sentidos atribuídos ao mundo, e que aparecem nas palavras, imagens e discursos. Assim, no tocante às personagens mencionadas, a maneira como elas são representadas permite que se estabeleça comparações entre discursos, normas, instituições e hábitos, e ainda entre as versões dos fatos e a ficção.

O conceito fundamental para a análise aqui feita versa sobre a possibilidade de identificar na Literatura uma maneira de compreender determinados períodos históricos. O historiador Roger Chartier (2009, p. 51/52) observa que com esse conceito posto existe a possibilidade de atentar às relações sociais e a forma como indivíduos e grupos percebem a si e aos outros. Ainda, segundo ele, “as representações [...] possuem uma energia própria que leva a crer que o mundo ou o passado é, efetivamente, o que dizem que é. Nesse sentido, produzem as brechas que rompem às sociedades e as incorporam aos indivíduos”.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A corrente denominada Nova História Cultural contestou “certas posturas historiográficas presentes nessa ruptura dos paradigmas das últimas décadas do século XX” (PESAVENTO, 2005, p. 9), e, dessa maneira, permitiu que a História da Educação se utilizasse dela para ampliar a viabilidade em pesquisas em fontes tal como a Literatura. Nesse sentido, se encaixam os textos aqui analisados, que problematizam a censura de maneira que seja possível situar essa prática historicamente.

Por fogo aos livros, rasga-los, expor seus autores a humilhações e a castigos foram práticas generalizadas na história, e por isso, métodos de censura são tema de inúmeras narrativas – históricas e literárias. Queimar livros é a ilusão acalentada de transformar a história em fumaça, de cancelar o passado. Tem-se o exemplo desta afirmação em um dos excertos mais angustiantes da literatura, em **Dom Quixote de La Mancha**, livro de Miguel de Cervantes, no qual o personagem principal assiste à queima de seus amados livros de cavalaria. Conforme nos lembra CALVINO (2007), antes de Cervantes, em 1526, inúmeros livros do gênero anteriormente dito já estavam na lista dos condenados ao fogo. Quanto às aventuras quixotescas, em 1981 a junta militar do general Pinochet banuiu a obra ícone da literatura espanhola do Chile por julgar que ela continha, em suas páginas, ataques à autoridade. É a censura dentro da censura, portanto.

O título desta pesquisa carrega o nome dado por Ray Bradbury à terceira parte de seu livro, não por acaso. O texto de Bradbury, editado em 1953, é um dos mais impactantes e verossímeis porque leva ao último grau a censura aos livros. Nessa obra, cuja primeira frase e parágrafo é “Queimar era um prazer.” (BRADBURY, 2011. p.15) uma sociedade do futuro é descrita. Nesta, os livros foram proscritos e devem ser queimados, ficando com os bombeiros essa tarefa. A consciência da sociedade extremamente alienada que interage apenas com programações televisivas a quem chamam “família” só é tomada pela personagem principal, Guy Montag, bombeiro, ao roubar alguns livros e lê-los.

No conto “A biblioteca de Babel”, de Jorge Luis Borges, o narrador também problematiza a condenação de estantes de livros inteiras ao descarte, desta vez, porque alguns consideravam que fosse primordial eliminar obras tidas como inúteis, deplorando verdadeiros “tesouros”.

Na história, alguns episódios podem até parecer verossímeis – mas é difícil que se acredite que sejam reais. Por exemplo, é sabido que Paul Joseph Goebbels, ministro da propaganda da Alemanha nazista, discursava enquanto jogava mais de vinte mil livros de autores como Marx, Hemingway, Einstein, Émile Zola, Bertold Brecht, Proust, Freud e tantos outros à fogueira, em 10 de maio de 1933. A multidão entusiasmada de aproximadamente 100 mil pessoas ouvia as seguintes palavras

Esta noite vocês fazem bem em jogar no fogo essas obscenidades do passado. Este é um ato poderoso, imenso e simbólico, que dirá ao mundo inteiro que o espírito velho está morto. Destas cinzas irá se erguer a fênix do espírito novo” (MANGUEL, 1997. p. 316).

Muitos foram os censores dos livros ao longo dos séculos, sendo bastante conhecidos, por exemplo, aqueles que caçavam os livros contidos no “Index”. Em 1559, a Sagrada Congregação da Inquisição Romana, publicou o Índice dos livros proibidos. Esse índice era uma lista de obras, mesmo os ainda não publicados, banidos por serem considerados perigosos à moral e fé católicas. Quando a lista foi abandonada, somente em 1966, continha um sem fim de livros, entre livros de autores seculares e mesmo obras teológicas.

Mais até que a força da palavra dita em alto e bom tom em plenárias e em protestos, alardeada por megafones ou gritos repassados por fileiras das multidões, os livros têm sido a verdadeira maldição para os que buscam repreender e essa problemática é exaustivamente abordada em literatura. Em **O Nome da Rosa**, aclamado romance de Umberto Eco (2003), as páginas de um livro proibido são envenenadas para penalizar com a morte a quem se atrevia a lê-lo.

A forma como as narrativas literárias são estruturadas dá a entender que há indícios, através das representações, das práticas de censura – histórica, social e geograficamente definidas. A construção de tais como as supracitadas permitem demonstrar a maneira pela qual os indivíduos reproduzem e reconhecem o mundo social repressor na ficção.

4. CONCLUSÕES

Talvez por ser sabido que os leitores se apropriam dos textos ao mudar o seu sentido e ao atribuir-lhe diversos significados, dessa forma expondo seus anseios, é que se tem a consciência que não se pode jamais controlar o modo como um livro será interpretado e compreendido. Sempre houve aqueles que temem o acesso ao livro e a solidão do leitor ante o texto. Um dos intuitos da censura é deixar ao leitor a mínima liberdade – quando não há sua inteira ausência pela extinção das obras. As representações literárias permitem que inúmeras observações posam ser suscitadas sobre essa temática, sem que fiquem estancadas à época em que foram produzidas, o que facilita o diálogo com a atualidade. A literatura, portanto, pode ser útil para a compreensão de valores de uma época, assim como as razões e as angústias das pessoas. E quanto aos períodos históricos conturbados, propicia o alerta para que estes não se repitam ou não iniciem, através da compreensão dos malefícios do veto.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORGES, J.orge Luis. **Ficções**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BRADBURY, Ray. **Fahrenheit 451**. São Paulo: Globo, 2009.
- CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CERVANTES, M. **Dom Quixote de la Mancha**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CHARTIER, R. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- ECO, U. **O nome da rosa**. Rio de Janeiro: O Globo, 2003.
- MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- PAIVA, Aparecida. **A voz do veto: a censura católica à leitura de romances**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- PESAVENTO, S.J. História & Literatura: uma velha-nova história.
Revista Nuevo-mundo – mundos nuevos. n.6. 2006. Disponível em:
<http://nuevomundo.revues.org/1560>; Acesso em 26 de julho de 2014.
- _____. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- _____. O mundo como texto: leituras da história e da literatura. **Revista História da Educação**, Porto Alegre: UFRGS, v.7, n. 14. 2003, p. 1-10. Disponível em:
<http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30220>. Acesso em 30 de junho de 2014.